

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB)

19/09/12- 09h

Auditório Capivari – SANASA Campinas

Membros Presentes	
Entidade	Representante
ANA	Marco Antonio Amorim (S)
ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel (T)
CETESB	Eneida M. M. Zanella (T)
CODEN	Thiago S. Rodrigues (T)
Cooperativas de Holambra	Mariela Eltink (S)
DAEE	Regina Aparecida Ribeiro (T)
DAEE	Sebastião Bosquilia (S)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Célia M. C. de Moraes (S)
FIESP	Roberto Polga (S)
Foz do Brasil	José M. A. de Oliveira (S)
P.M. de Campinas	Marilis Busto Tognoli (T)
P. M. de Indaiatuba	Danielle França Nery (S)
P. M. de Itatiba	Wilhelm W. Poloni (T)
P. M. de Itupeva	Renata Verardo (S)
P. M. de Jaguariúna	Maria Tereza T. de Lima (S)
P. M. de Limeira	Vinicius H. de Góes (S)
SABESP	Antonio Carlos Teixeira (T)
SABESP	Nilzo René Fumes (S)
SABESP	Carlos Roberto Dardis (S)
SANASA	Myrian Noland Costa (T)
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler
UNESP / IGCE	Amauri A. Menegario (T)
VIVERE	Michele Consolmagno (T)

(T) – Titular (S) - Suplente

Entidades Ausentes sem justificativa
DAEE – Rio Claro
ESALQ/USP
FLORESPI
IGAM
Lions Piracicaba Centro
Pira 21

Entidades Ausentes com justificativa
DAE Jundiá
DAE Valinhos
EMBRAPA Meio Ambiente
P. M. de Americana
P.M. de Santa Gertrudes
Rotary Internacional – D 4590
TNC

Convidados	
Entidade	Representante
Agência de Bacias PCJ	Patrícia G.A. Barufaldi
Agência de Bacias PCJ	Maria Eugênia Martins
Agência de Bacias PCJ	Eduardo Cuoco Léo
Agência de Bacias PCJ	Elaine Franco de Campos
Agência de Bacias PCJ	Helena Gonçalves
Agência de Bacias PCJ	Sérgio Razera
ARES-PCJ	Edson Amorim
ASSEMAE	Hugo m. P. Leme
CIESP	Jorge Rocco
Coopervap	Eduardo Paschoaletti
DAEE / SE-PCJ	Luiz Roberto Moretti
DAEE / SE-PCJ	Leonildo Urbano
Foz do Brasil	Monalisie Ribeiro
P.M. de Santa Gertrudes	Rachel Moro
SABESP	Dário J. S. Peçanha
SABESP	Eliana Kitahara
SABESP	Helio R. Figueiredo
SABESP	Mariza g. Prota
SMA	Maria Lucia Palmieri

1.Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 10/09/2012. **2. Abertura da reunião:** A abertura da reunião foi realizada pelo Coordenador da CT-PB, Profº Harold, que agradeceu a presença de todos, agradeceu ao anfitrião a cessão do espaço e na sequência passou a palavra à Sra. Regina, que informou aos presentes da existência de quórum qualificado para o início da reunião. **3. Aprovação da ata da reunião anterior:** A ata da reunião anterior foi aprovada, com uma ressalva da Sabesp, solicitando que fosse citada a fala do Consórcio, referente à atualização da cobrança, que sintetizava que a atualização de valores não deveria ser realizada neste momento, por solicitação dos consorciados. **4. Atualização do valor da cobrança:** a) **apresentação dos resultados do GT Cobrança:** Sr. Polga comentou que havia feito um resumo das reuniões anteriores e que todas as atas estavam disponíveis no site do Comitê; e que as alterações que foram propostas pela SABESP seriam incorporadas na ata da reunião de hoje. Comentou que o GT não conseguiu chegar a um consenso sobre a atualização dos valores da cobrança, devido à necessidade de complementação de informações, o que ficaria a critério do Sr. Sergio para dar prosseguimento. b) **Apresentação do previsto no Plano de Bacias para**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB)

19/09/12- 09h

Auditório Capivari – SANASA Campinas

atualização do valor da cobrança: Sra. Regina comentou que o assunto passaria para CT-PB e que havia necessidade de seguir o Plano de Bacias. Solicitou, então, a participação do Sr. Eduardo Leo para apresentar as considerações feitas pelo Plano de Bacias, especialmente considerando-se que o Plano teria por um período razoavelmente longo um fluxo seguro de investimentos – especificamente da cobrança - com metas e cenários de exequibilidade. O Sr. Leo citou que Plano de Bacias teve como foco inicial a questão do enquadramento dos corpos d'água, o que baseou o estabelecimento dos trabalhos e as considerações a respeito do programa de investimento do Plano. Diante disto, foi criado o cenário possível para o Plano de Bacias, onde foi inserido o contexto da cobrança. Sr. Leo salientou dois pontos importantes do Termo de Referência para a aplicação dos recursos da cobrança na concepção do Plano de Bacias. O primeiro, o foco no enquadramento dos corpos d'água, e o segundo, o enfoque 2, o estabelecimento dos recursos financeiros disponíveis e, a partir desta disponibilidade de recursos, fazer as intervenções e obras, estabelecendo dessa maneira o orçamento. Para essa abordagem, foram avaliadas as necessidades de investimentos e levantados os recursos financeiros assegurados. Foi feita então a projeção dos recursos financeiros disponíveis e priorizadas as aplicações dos recursos da cobrança, e efetuada uma planilha de alocação dos recursos financeiros. Foram assim obtidos os cenários possíveis para o enquadramento dos corpos d'água. Foram selecionadas algumas fontes de recursos e o total obtido foi de R\$ 633 milhões para as Bacias PCJ, além dos recursos assegurados. Posteriormente, feita uma projeção dos recursos advindos do Comitê PCJ, obteve-se R\$ 426 milhões a serem aplicados nas Bacias pela Cobrança. No período de execução do Plano de Bacias deveriam ser aplicados R\$ 35,5 milhões por ano na recuperação da qualidade da água nas Bacias PCJ. Nessa concepção foram avaliados os avanços institucionais e de investimentos dos municípios, a população não atendida pela coleta e tratamento de esgoto, dentre outros fatores. A partir desta avaliação foram classificados os municípios para priorização da alocação dos recursos oriundos da cobrança, levando em consideração os recursos de outras fontes aplicados em cada cidade. O cenário foi consolidado para os anos de 2014 e de 2020, e os recursos classificados de acordo com sua tipologia e suas fontes. Sr. Léo destacou a importância das discussões de como utilizar os recursos da cobrança e como mobilizar as fontes disponíveis, salientando a necessidade de outras fontes de recursos para melhorar as perspectivas de enquadramento dos corpos d'água. Considerou-se o cenário 2020, no qual a meta é de que 62% dos trechos estejam enquadrados de acordo com o programa estabelecidos para os

municípios. Terminada a apresentação do Sr. Léo, a Sra. Regina pediu a palavra e comentou que a fonte de verba do FEHIDRO são os royalties da energia elétrica. Com a diminuição dos royalties, talvez diminuísse a arrecadação do FEHIDRO. Salientou a importância de haver parceiros no desenvolvimento do Plano. Solicitou, então que Sr. Sergio apresentasse a planilha elaborada no Plano de Bacias. Sr. Sergio comentou que o Plano de Bacias traz uma estratégia e uma boa definição para a questão da qualidade da água, como o tratamento de esgoto. Para os outros itens contemplados no Plano, embora haja previsões de investimento, não possuem uma estratégia tão bem elaborada quanto à de investimentos em tratamento de esgoto. Sr. Leo explicou que para os recursos restantes se prevê investimentos nas outras ações, porém sem passar pelo mecanismo de priorização, por não terem resposta tão direta no enquadramento dos corpos d'água. Sr. Moretti comentou que os recursos no valor de R\$ 35,5 milhões por ano é dado referente ao ano de 2009. **c) apresentação da planilha elaborada pelo DAEE para atualização do valor da tarifa:** Sr. Sergio apresentou a planilha e citou que os dados são os considerados pelo Plano de Bacias. Comentou que o Plano de Bacias é muito complexo e tem um grande plano de aplicação financeira. Foram analisadas pela Agência PCJ quais as fontes de recursos que financiariam cada uma das várias ações dos 8 PDCs do Plano. Criou-se então uma situação de proporção de recursos: Quando identificada uma ação possuindo investimentos de parcerias, adotou-se a proporção de 50% dos recursos vindos da Cobrança e os outros 50% de outras fontes. Salientou a importância desta análise no Plano Plurianual da Agência PCJ a ser apresentado à ANA. Comentou vários itens da planilha salientando diferentes necessidades de recursos. Os itens tratamento de esgoto e combate a perdas, por exemplo, tem outras fontes de recursos, identificando-se que talvez 10% dos recursos necessários seriam da Cobrança, para elaboração de projetos. No item barragens (PDC 6), como há o compromisso do governador com as barragens, os valores foram zerados, excetuando-se o caso de estudos de projetos complementares e incentivos aos usos múltiplos e ações no entorno dos reservatórios. Concluiu-se que os valores do Plano para 12 anos eram de R\$ 2.753 milhões. Comentou que foi efetuado um levantamento, via internet, sobre verbas públicas relacionadas com os municípios, e estavam verificando o que foi executado. Esse resultado seria inserido no SSD para verificar o impacto desses trabalhos. Os municípios seriam chamados e verificariam se os recursos foram utilizados. Assim, verificariam se há possibilidade de amortização no Plano, desses valores já investidos anteriormente pelos municípios. Em 8 anos, considerando-se 10% para os PDC de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB)

19/09/12- 09h

Auditório Capivari – SANASA Campinas

tratamento de esgoto e de combate a perdas, teriam a necessidade de R\$ 35 milhões por ano. O valor anual a ser investido seria de R\$47 milhões, representando 20% do que precisa ser aplicado no Plano, incluindo-se as contrapartidas. A seguir apresentou a planilha de simulação elaborada pela Agência e Secretaria Executiva do Comitê. Considerando-se as projeções do Plano de Bacias, com o aumento da vazão de água captada aumentariam os recursos financeiros, concluindo-se que o valor arrecadado em 2012 seria de aproximadamente R\$ 35 milhões. Salientou que estes valores são estabelecidos legalmente apenas no estado de São Paulo, e deverão ser seguidos. Sr. Polga comentou que seria importante considerar o valor dos recursos que atualmente estão aplicados na poupança. Sr. Sergio informou que R\$15 milhões já foram desembolsados da Cobrança com projetos em 2012. Sr. Moretti comentou que deveria ser considerado o valor total que deveria ser utilizado no ano. Sr. Polga questionou se havia algum estudo sobre a implementação da Cobrança Rural. Sr. Nilzo salientou a importância da Cobrança Rural. Sr. Sergio comentou que haveria um levantamento sobre usuários rurais dos recursos. Sr. Moretti comentou que se todos os usuários rurais utilizassem estes recursos não atingiria R\$1 milhão do valor da Cobrança Federal, salientando que a cobrança rural é insignificante nesse valor. Sr. Polga comentou o valor do investimento que será efetuado pela indústria. Sr. Sergio conclui que os valores seriam incrementados significativamente a partir de 2015, e que os valores para 2013 e 2014 seriam acrescidos em R\$ 0,01, ou seja, reajuste de 4,4% ao ano. Sra. Mona Lisie comentou sobre a diferença de reajuste individual, pois o de 4,4% ao ano é para toda a bacia. Comentou também que muitos municípios estão fazendo investimentos e trabalhando com tratamentos de esgotos, e seria oneroso demais aumentar as tarifas em 2013-2014, porque prejudicaria investimentos futuros. Sr. Jorge Rocco comentou que no apresentado por Sr. Sergio ficou faltando apenas a apresentação dos indicadores atrelados ao processo. Comentou também que os estudos apresentados nas planilhas não foram trabalhados com foco na priorização, como apresentado pelo Sr. Leo. Sr. Moretti comentou que os R\$35 milhões foram alocados aleatoriamente. Sra. Regina comentou que deveriam ser investidos maiores valores em tratamento de esgoto, concordando com Sr. Jorge Rocco. Sugeriu efetuar parcerias para outras ações de investimentos (PCAC, Reágua, etc.), . Sr. Sergio salientou que isso era possível e onde aprecia na planilha, porém precisariam entrar projetos com solicitações dessa forma, para verificarmos como seriam investidos os valores. Sra. Regina comentou que os valores da transposição deveriam ser aumentados, para que a transposição fosse desestimulada. Sr. Paschoalotti concordou com a sugestão da

Sra. Regina. Sr. Polga comentou que nunca haverá recurso suficiente se for considerado o saneamento, e que os valores deveriam ser utilizados em projetos, para os municípios darem continuidade à execução dos projetos. Sr. Hugo comentou que quando a Cobrança iniciou houve um acordo entre os envolvidos, porém até agora isso não foi concluído. E que o valor total de 15% a ser pago seria pouco para a necessidade atual. Sr. Marco (ANA) sugeriu que o foco da cobrança fosse avaliado considerando-se o rendimento financeiro visto a dificuldade de utilização do valor pelos municípios. Sugeriu também que o Comitê delibere em projetos e não em obras. Comentou, também, que a cobrança não tem como objetivo apenas o investimento, mas sim o valor econômico da água e o incentivo ao uso racional da água. Salientou que a ANA apoia a proposta de reajuste da Cobrança de 4,4% ao ano. Sr. Michele comentou que até o momento estavam discutindo números fictícios e haveria necessidade de discutir números reais. O valor que se está cobrando é referente à inflação e não aos gastos e ao valor total investido. Sr. Hélio comentou que esta se discutindo a necessidade de aprimorar os mecanismos de gestão e que Plano não evoluiu a contento até agora devido à gestão inadequada. Sra. Mona Lisie comentou que não se colocavam contra a cobrança, mas sim em onerar os municípios que estão trabalhando com os tratamentos de esgotos, já que os futuros valores poderão impactar em obras de investimentos. Sra. Regina perguntou se o levantamento de lançamento de cargas fosse rediscutido, se a Foz do Brasil concordaria em pagar um aumento maior. Sra. Mona Lisie comentou que a preocupação é a de não impactar os investimentos. Sr. Sergio sugeriu que o apresentado e discutido na reunião fosse analisado e os dados simulados por cada um dos presentes, e que fosse marcada outra reunião para que o assunto fosse rediscutido e decidido. Sra. Regina sugeriu que esta reunião acontecesse em 04 de Outubro, quinta-feira, às 9h00, na Foz do Brasil, o que foi aceito por todos. 5. **Encerramento:** Sr. Harold agradeceu a presença de todos. Foi passada a palavra aos presentes e, não havendo manifestação, foi dada por encerrada a reunião.

Harold Gordon Fowler
Coordenador da CT-PB

Regina Aparecida Ribeiro
Coordenadora-adjunta da CT-PB

Myrian Noland Costa
Secretária da CT-PB